

A assistência caritativa à infância abandonada e exposta na cidade de São Paulo no século XIX*

*José Miguel Arias Neto***
*Robson Roberto da Silva****

Resumo. Nesse artigo acadêmico será analisada, por meio de revisão bibliográfica de historiadores especialistas nos estudos da história da infância no Brasil, a situação social das crianças abandonadas na cidade de São Paulo durante século XIX e a atuação das instituições eclesiais ao atendimento assistencial desses enjeitados. Nesse período, as crianças desafortunadas eram acolhidas pelas famílias, ou pela iniciativa da Igreja Católica motivados pela caridade cristã, traço característico da sociedade patriarcal. Com os estudos da Demografia Histórica, destacando-se Maria Luiza Marcilio, Laima Mesgravis, Renato Pinto Venâncio, entre outros, as discussões sobre o processo histórico da infância abandonada no Brasil foram ampliadas, tomando novas abordagens e a descoberta de novas fontes documentais sobre o assunto.

Palavras-chave: Infância; Instituições; Caridade.

Charity assistance for abandoned children in São Paulo, Brazil, in the 19th century

Abstract. The social situation of abandoned children in São Paulo, Brazil, during the 19th century and the performance of ecclesiastical institutions in their assistance to this population, are analyzed through a bibliographical review of the research by historians specialized in the history of childhood in Brazil. During the 19th century abandoned children were received by families or by the Catholic Church according to the precepts of Christian charity, characteristic of a patriarchal society. Historical Demography, with special reference to research by Maria Luiza Marcilio, Laima Mesgravis, Renato Pinto Venâncio and others, has shown that discussions on the historical process of abandoned children in Brazil have broadened through new approaches and by the discovery of new documentary sources on the theme.

Keywords: Childhood; Institutions; Charity.

* Artigo recebido em 21/08/2011. Aprovado em 10/12/2011.

** Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UEL, Londrina/PR, Brasil. E-mail: jneto@uel.br

*** Programa de Pós-graduação em História Social da UEL. Londrina/PR, Brasil. E-mail: rrs_1974@hotmail.com

La asistencia caritativa a los niños abandonados en la ciudad de San Pablo durante el siglo XIX

Resumen. A través de una revisión bibliográfica de historiadores especialistas en estudios sobre la Historia de la Infancia en Brasil, será analizada la situación social de los niños abandonados en la ciudad de San Pablo durante el siglo XIX y la actuación de las instituciones eclesíásticas en la atención asistencial de los mismos. Durante este período, los niños desafortunados eran acogidos por familias o por iniciativa de la Iglesia Católica, motivados por la caridad cristiana, trazo característico de la sociedad patriarcal. A partir de los estudios de la Demografía Histórica, destacándose Maria Luiza Marcilio, Laima Mesgravis, Renato Pinto Venâncio, entre otros, se ampliaron las discusiones sobre el proceso histórico de los niños abandonados en Brasil, considerando nuevos enfoques y el descubrimiento de nuevas fuentes documentales sobre el asunto.

Palabras clave: Infancia; Instituciones; Caridad.

1. Introdução

A questão social das crianças abandonadas não é uma exclusividade da sociedade moderna contemporânea, sempre existiu a prática do abandono, exploração e a rejeição infantil na História do Brasil desde o período colonial. Essas crianças desafortunadas, denominadas na época de bastardos, eram acolhidas pelas entidades da Igreja Católica ou pela iniciativa das famílias de todas as classes sociais. A caridade era uma das principais características culturais da sociedade colonial, na qual o patriarcalismo e o conservadorismo fundamentavam as relações sociais. O objetivo deste artigo não será a realização de uma análise aprofundada da infância abandonada no Brasil, porque tal pretensão historiográfica demandaria longo estudo, mas abordar os principais aspectos, as circunstâncias e as condições sociais das crianças

enfeitadas na cidade de São Paulo no período imperial, especialmente após a inauguração da Roda dos Expostos na Santa Casa de Misericórdia em 1825 e, principalmente, analisar o papel da assistência caritativa como mecanismo social para o atendimento para essa infância desvalida, através dos novos estudos e discussões de historiadores especializados na história da infância no Brasil, principalmente os que participam da Demografia Histórica, destacando-se Maria Luiza, Marcilio, Laima Mesgravis, Maria Odila da Silva Leite, Renato Pinto Venâncio, Mary Del Priore, analisando novas fontes documentais como: documentos das paróquias, livros de entrada da Roda dos Expostos, registros de natalidade, óbitos e de batismos, cartas e bilhetes das mães dos expostos, correspondências entre os mordomos da santa e o governo etc, a fim de traçar o perfil histórico e sociológico das famílias que rejeitavam seus filhos naquele período.

2. As crianças enjeitadas no universo das famílias patriarcais paulistas

A sociedade paulistana do final do séc. XVIII e início do séc. XIX ainda mantinha seus laços patriarcais e de parentesco; os costumes provicianos imperavam no cotidiano da pequena vila. Assim, as crianças enjeitadas estavam inseridas na malha de relações sociais das famílias patriarcais, incorporando-se como afilhados ou agregados. “É evidente que essa sociedade patriarcal (...) possibilitava a absorção dos inúmeros bastardos e expostos originados da exploração sexual da mulher índia e negra pelo senhor branco, ou pela instabilidade da vida familiar” (MESGRAVIS, 1976, p.170). Segundo Laima Mesgravis:

Durante o bandeirismo, época, em que não revela a documentação a menor informação a respeito de expostos mas muitas c bastardos, o problema era com certeza solucionado dentro da família patriarcal, com assimilação desses elementos para integrarem

contingente das bandeiras, absorvedoras de homens, ou para trabalharem nas pequenas lavouras de subsistência dos grandes bandeirantes. (...). Nessa sociedade militarizada o exposto encontrava lugar semelhante ao que ocuparia no feudo medieval como participante na empresa sertanista. (...). É nessas pequenas e médias propriedades, exploradas com trabalho da "família" o proprietário e seus agregados que encontramos pela primeira vez a menção constante dos expostos (MESGRAVIS, 1976, p.171).

Até meados do séc. XIX, a questão do abandono infantil estava incorporada nos domínios das famílias e entidades religiosas, baseadas no comportamento caridoso e na piedade cristã. Maria Luiza Marcilio assim define o sistema social da caridade:

Do período colonial até meados do século XIX vigorou a fase (...) caritativa. O assistencialismo dessa fase tem como marca principal o sentimento da fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão a mudanças sociais. De inspiração religiosa, (...) privilegiam a caridade e a beneficência. Sua atuação se caracteriza pelo imediatismo, com os mais ricos e poderosos procurando minorar o sofrimento dos mais desvalidos, por meio de esmolas ou das boas ações (...), esperam receber a salvação de suas almas, o paraíso futuro e, aqui na terra, o reconhecimento da sociedade e o status de beneméritos. Ideologicamente, procura-se manter a situação e preservar a ordem, propagando-se comportamentos conformistas (MARCILIO, 1998, p.134).

A maioria da população paulista ainda era essencialmente rural e os enjeitados eram absorvidos pelas famílias patriarcais, formando um complexo infantil: a prole senhorial, a prole escrava e as crianças adotadas. Elas submetem-se aos laços de dependência e obediência. "A absorção natural dos expostos no meio rural explica o fato de não serem mencionados como problema social nas vilas e na cidade de São Paulo, antes dos primeiros anos do século XIX" (MESGRAVIS, 1976, p.171). A presença de filhos de criação não estava limitada aos grupos patriarcais; todas as famílias tinham o costume de

acolher enjeitados. “O sistema informal ou privado de criação dos expostos em casas de famílias foi o sistema de proteção à infância abandonada mais amplo, e presente em toda a História do Brasil” (MARCILIO, 1998, p.136). Os benfeitores eram de famílias pobres e idosos que não poderiam mais ter filhos. “No entanto, famílias estéreis ou que só puderam ter um ou dois filhos, acabavam "adotando" uma criança abandonada” (MARCILIO, 1999, p.71). O hábito de acolher expostos deve-se à matriz cultural brasileira, fundada na solidariedade cristã. “Há que considerar que a caridade cristã é uma tradição. Nenhuma criança encontrada na porta de uma casa deveria ser deixada sem cuidados” (MARCILIO, 1998, p.137). Além do costume do acolhimento, havia também a prática do compadrio, ou seja, adoção dos expostos com afilhado. “Um enjeitado apadrinhado criava imediatamente vínculos de parentesco com uma rede imensa de indivíduos” (VENANCIO, 1999, p.138). Venâncio descreve a relação de compadrio:

A sociedade brasileira de outrora atribuía grande responsabilidade aos padrinhos. O parentesco espiritual era reconhecido socialmente, implicava respeito e obediência por parte do afilhado assim como proteção e auxílio por parte de padrinhos e madrinhas. (...) os senhores nunca apadrinhavam os próprios escravos. Acreditava-se que o compadrio e a escravidão eram instituições incompatíveis. (...) O compadrio criava laços de respeito e proteção superiores às normas escravistas. (VENANCIO, 1999, p.138).

No convívio das crianças residentes nas casas-grandes vigorava o princípio do companheirismo nas brincadeiras e jogos. Para Gilberto Freyre:

Tanto o excesso de mimo de mulher na criação dos meninos e até dos mulatinhos, como o extremo oposto - a liberdade para os meninos brancos cedo vadiarem com os moleques safados na bagaceira, deflorem negrinhas, emprenharem escravas, abusarem de animais - constituíram vícios de educação, talvez

inseparáveis do regime de economia escravocrata, dentro do qual se formou o Brasil (FREYRE, 2003, p.459).

As funções de trabalho exercidas pelas crianças nas casas-grandes condiziam com a sua constituição física e psíquica; as crianças realizavam pequenas tarefas nos serviços domésticos e trabalhos leves, depois eles começariam a labuta na lavoura ou seriam aprendizes. Segundo a descrição de Maria Lucia Barros Mott:

As crianças que ficavam na "casa grande" eram empregadas no serviço particular do senhor e dos familiares deste, Faziam às vezes de pagem, de moleque-de-recados, ou criada; iam buscar o jornal ou o correio nas vilas e cidades da vizinhança; encilhavam os cavalos; arrumavam o quarto; ajudavam a vestir, desvestir e a banhar as pessoas da casa e os visitantes; engraxavam os sapatos; escovavam as roupas; serviam a mesa, espantavam mosquitos; balançavam a rede; abanavam o fogo; buscavam água no poço; limpavam a cozinha; faziam compras; levavam e traziam recados; carregavam pacotes, lenço, leque, vela, missal, guarda-chuva, guarda-sol, etc (MOTT, 1989, p.89).

Nas famílias pobres, o recurso de adoção dos expostos foi mais utilizado, pois além da benevolência, estariam garantindo o trabalho delas, mais fiel e menos problemático do que um escravo. “Estas criavam os expostos por espírito de caridade, mas também, (...), utilizá-los, (...), como mão-de-obra familiar suplementar, fiel, reconhecida e gratuita; (...), melhor do que a escrava” (MARCILIO, 1999, p.54). O trabalho dos expostos enquadrava-se na economia familiar, onde todos executavam tarefas para a sua sobrevivência.

Tal atitude, porém, não é simplesmente explicada pela via da religião. Em uma sociedade escravista (...), os expostos incorporados a uma família poderiam representar um complemento ideal de mão-de-obra gratuita. Por isso, criar um exposto poderia trazer vantagens económicas; (...) o "criador"

ou a ama-de-leite teriam mão-de-obra suplementar, e gratuita, mais eficiente do que a do escravo, porque livre e ligada a laços de fidelidade, de afeição e de reconhecimento (MARCILIO, 1998, p.137).

Enfim, a entidade familiar, seja a grande família patriarcal proprietária ou as pobres famílias dependentes de uma economia rudimentar, foi às grandes acolhedoras dos expostos, junto com a Igreja Católica até meados do séc. XIX. Todavia, à medida que São Paulo se desenvolvia urbanisticamente, serão necessários novos mecanismos sociais para atender ao número crescente de expostos no decorrer do século.

3. As condições sociais das crianças expostas e a atuação da caridade pela Igreja

Foi no decorrer do século XIX que a questão da infância abandonada tornou-se um grave problema social na cidade de São Paulo. Se até o final do século XVIII, a pacata vila paulista oferecia números insignificantes de expostos, sendo elas tranquilamente absorvidas pela caridade religiosa das famílias e pelas instituições religiosas, isso mudou no século seguinte, pelo crescimento populacional e urbano. As autoridades políticas sempre negligenciaram o assunto, deixando a solução para as iniciativas de particulares. “Luccock observou no Brasil dos princípios do século XIX “grande negligência” (...) com relação ao bem-estar das crianças” (FREYRE, 2003, p.450). As taxas de abandono eram elevadíssimas. “(...), a taxa de exposição de crianças na cidade de São Paulo, no início do século XIX, era das mais elevadas do Brasil. (...) 15,9% de todos os nascimentos livres do período” (MARCILIO, 1999, p.63). Talvez, a hipótese mais forte e visível desse fenômeno seja o elevado nível de prostituição. Na descrição de Saint-Hilaire:

E' incontestável que logo após o pôr do sol vêem-se nas ruas muito mais pessoas do que durante o dia; ficam as mesmas repletas de homens e de mulheres que andam à procura de aventuras. Os indivíduos dos dois sexos envolvem-se em capotes de lã, de grandes golas que lhe encobrem a metade do rosto; as mulheres usam um chapéu de feltro preso atrás da cabeça; o dos homens é puxado sobre os olhos. Em nenhuma parte do mundo por mim percorrida vi tamanho número de prostitutas; eram de todas as cores; as calçadas ficavam cobertas de mulheres dessa baixa espécie (SAINT-HILAIRE, 1972, p.187).

Mas como pode ser explicado esse elevadíssimo índice de prostituição? Talvez a condição das mulheres esclareça a questão, submetidas num sistema escravocrata, as mulheres, principalmente as mais pobres, sofriam com a falta de trabalho, quando não realizavam pequenos serviços, encontravam na prostituição sua forma de sustento. “(...), sabia-se que quase 40% dos moradores da cidade eram mulheres sós, chefes de família, muitas delas concubinas e mães solteiras” (DIAS: 1995, p.20).

Segundo Mesgravis:

Já nos referimos à exploração sexual da mulher de cor, índia negra, pelo branco proprietário, propiciada e admitida pela escravidão, e que foi responsável pela multidão de bastardos. Mesmo quando livre, a mulher mestiça ou de cor não escapava dessa degradante exploração, uma vez que os costumes só a aceitavam como concubina temporária, numa união cuja duração dependia tão-somente do capricho do homem. (...), não acreditamos que esses costumes resultassem em uniões definitivas com as mulheres de classe inferior ou de segurança para sua prole (MESGRAVIS, 1976, p.175).

A maioria das mulheres paulistas sobrevivía sozinhas, abandonadas pelos maridos ou amantes, com filhos para criar. Tiravam seus poucos ganhos

do trabalho artesanal, na venda de alimentos e de pequenos serviços, em condições precárias. Dias descreve esse comércio clandestino:

Branças pobres, escravas e forras faziam o comércio mais pobre menos considerado que era o dos géneros alimentícios, hortaliça toucinho e fumo, nas ruas delimitadas pela Câmara: nas casinhas (rua da Quitanda Velha, na Ladeira do Carmo, chamado 'Buracão', na Rua do Cotovelo (...). Entre a Igreja da Misericórdia e do Rosário, as quitandeiras espalhavam pelo chão seus traste vendendo um pequeno comércio de vinténs para escravos. 'O comércio ambulante foi aos poucos tomando becos e travessas: entre a Rua do Rosário e a do Comércio: beco do inferno, (Cachaça... a ponto de se queixarem dele os comerciantes da Rua Direita, estabelecidos em suas lojas, reclamando principalmente o sujeira, dos mosquitos e dos maus cheiros (DIAS, 1995, p.14).

Então, a prostituição, a miséria, a condição precária das mulheres, a falta de trabalho, o abandono dos homens, todos esses fatores reunidos favorecia o aumento do número de enjeitados. Diante de tal calamidade social, onde os transeuntes encontravam corpos de crianças espalhados pelas ruas ou devorados pelos animais, causava consternação e revolta. "A visão de corpos de recém-nascidos dilacerados chocava a todos. (...). A descoberta a cada manhã de frágeis corpinhos mutilados, que serviam de pasto a cães e outros bichos, tornou-se sinónimo de barbárie" (VENANCIO, 1999, p.24). As autoridades tiveram que tomar providência para solucionar a questão da infância abandonada. Na citação de Mesgravis sobre a situação dos enjeitados em São Paulo no início do séc. XIX:

Até 1824 eram as crianças indesejáveis expostas nas portas das casas particulares, nos lugares públicos como igrejas e ruas, ou atiradas em monturos de lixo! O lugar preferido pelas mães ou parteiras eram as casas dos parentes e até dos seus próprios pais, ou de particulares conhecidos pela sua caridade. (...). O primeiro a revelar interesse por esses infelizes inocentes foi o quarto bispo de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira, que residindo "na antiga casa de sobrado, de sacadas de rótula, situada à rua do Carmo n.º 20, sendo que, em frente à mesma casa deste prelado existia um cisqueiro e matos, onde era aí costume enjeitarem

crianças... logo que havia choro de qualquer delas no mesmo lugar, que ficava na esquina da rua e ladeira do Carmo... se apressava em mandar o seu criado buscá-las e, da janela, batisava a mesma criança, receando que os porcos ou outros animais, que por ali andavam, a devorassem antes da chegada do mesmo criado (MESGRAVIS, 1976, p.178-179).

O que mais escandalizava as autoridades políticas e a sociedade paulista no séc. XIX não era simplesmente o ato do abandono da criança, mas também expô-la ao perigo de vida, caracterizando crime de infanticídio, condenável tanto pelas regras religiosas, “Abandonar a própria prole consistia em impiedade, em desrespeito aos mandamentos católicos” (VENANCIO, 1999, p.19) quanto pela justiça criminal. “Considerava-se o infanticídio um crime, ao passo que, no abandono (...) não havia qualquer tipo de punição legal” (VENANCIO, 1999, p.19) Todavia, apesar das advertências legais e religiosas, a prática do abandono-infanticídio não diminuiu. “O infanticídio era um crime severamente punido. No entanto, era praticado em segredo, (...), camuflado, sob a forma de um acidente. Não se fazia nada para conservá-las ou para salvá-las” (ARIES: 1981, p.15). Diante de tal quadro dramático, não houve alternativa que não fosse a implantação da Roda dos Expostos em 1825, instalada na Santa Casa de Misericórdia pela iniciativa da Igreja. Segundo Maria Luiza Marcilio:

Depois de muita luta, criou-se a Roda de Expostos. Após a aquisição da Chácara dos Ingleses, no largo da Rua da Glória, em 2 de setembro de 1825, ali se instalaram o Hospital de Caridade e a Roda dos Expostos. Apesar de possuir prédio próprio, suas instalações eram acanhadas e não muito satisfatórias. A Roda ficava em uma janela do andar térreo do casarão. No mesmo ano, duas instituições complementares à assistência da Roda foram criadas: o Seminário da Glória, para meninas, e o de Santana, para meninos. "Eram os seminários, escolas internas destinadas aos filhos de militares pobres e aos expostos da Misericórdia, que, ao deixarem a Santa Casa, depois dos sete anos, ali permaneciam até a maioridade ou até “tomar estado” (MARCILIO, 1998, p.156).

Além de salvar as pequenas almas do inevitável infanticídio, os religiosos bem tinham a intenção de batizá-las. “Para muitos, o verdadeiro escândalo consistia no fato de os bebês morrerem antes de receber o batismo” (VENANCIO, 1999, p.24). Motivados pelo sentimento de caridade, os religiosos incentivavam a entrega dos filhos indesejáveis para as instituições do que deixá-los morrerem pelas ruas. Essa era a diferença entre a piedade humana e o ato criminoso do infanticídio.

Na verdade, os termos "expor" ou "enjeitar" encobriam realidades distintas. Toda mulher que, no meio da noite, deixasse o filho recém-nascido em um terreno baldio estava expondo-o à morte, ao passo que os familiares, ao procurarem hospitais, conventos e domicílios dispostos a aceitar o pequerrucho, estavam tentando protegê-lo (VENANCIO, 1999, p.23).

Depois da sua instalação, a Roda tornou-se o principal depositário das crianças enjeitadas na cidade. “Tais instituições provêm de mal compreendida filantropia. Oferecem elas iniciativa ao afrouxamento dos costumes, mas ainda estimula a mais clamorosa das desumanidades” (KIDDER, 2001, p.77). As crianças atendidas pela Misericórdia eram encaminhadas ao batismo e seriam registradas, depois receberiam os primeiros cuidados, sendo encaminhadas para as amas-de-leite. Marcilio descreve esses procedimentos:

Os expostos que se expõem na Roda, logo que ali chegam encontram amas-de-leite em número suficiente para os alimentar, amas governadas por uma Regente, que mora com elas, (...). Recebem o feto de cueiros e camisas e mais enxovais, que lhes dá a Casa, em fazenda, paga-se-lhe 4\$000, por mês, por tempo de 18 meses e a despesa de leite; no fim de cada ano, paga-se-lhe mais 2\$400, a saber, os varões até a idade de 7 anos e as fêmeas até a idade de 10 anos. Por ser tão módico e insignificante esse salário, se não pode exigir das amas que prestem fianças no ato de receberem os expostos, e mesmo porque têm poucas que por eles fiquem, porém a maior parte já

é conhecida na Casa, por criarem outras crianças, e essas mesmas dão informações de outras; além disso, os Administradores fazem as suas visitas pela casa das criadeiras, para indagarem do bom ou mau tratamento, e providenciarem o que for necessário. São ainda as criadeiras obrigadas a apresentar as crianças que criam, no ato do pagamento geral que se faz de quatro em quatro meses e aí são examinadas pelo cirurgião em presença das criadeiras. Quando sucede haver mau tratamento, volta logo a criança para a Casa da Roda (MARCILIO, 1998, p.146).

As amas-de-leite foram as principais personagens desse período da caridade a infância desvalida no Brasil. “Eram as amas-de-leite em sua quase totalidade mulheres extremamente pobres, solteiras, ignorantes e residentes nas cidades” (MARCILIO, 1999, p.75). Pela sua ignorância, as amas eram muito descuidadas com a higiene da amamentação, causando a morte das crianças:

A pobreza das amas era acompanhada, naturalmente, da ignorância e da falta de conhecimentos e prática das regras mais elementares de higiene. "A criadeira é uma mulher ignorante dos mais mezinhos preceitos de higiene. Essa ignorância lhe é apanágio próprio... Descuida da alimentação e do trato das crianças... A ânsia do lucro faz com que receba nos seus cômodos maior número de crianças do que eles podem comportar... Falta-lhe o carinho de mãe", denunciavam (MARCILIO, 1998, p.249).

O sistema de amamentação pelas amas-de-leite perdurou por todo o século XIX, somente sendo criticada pela medicina nas décadas finais daquele século, com o desenvolvimento da pasteurização do leite e outros progressos científicos, como o desenvolvimento da puericultura no século XX.

4. A criação das crianças expostas e a sua educação por meio do trabalho precoce

Na época da instalação da Roda dos Expostos (1825), foram inaugurados dois seminários na cidade de São Paulo. Mas nem todas as crianças expostas seriam internadas nos seminários, alguns ficavam com as próprias amas, que se afeiçoavam por elas. “As próprias amas-de-leite (...) solicitavam, (...), permissão para ficar definitivamente com as crianças que tinham amamentado” (MARCILIO, 1998, p.136). Grande parcela era adotada pelas famílias denominadas criadeiras, se constituam de mulheres sozinhas e sobreviviam do trabalho artesanal ou do comércio clandestino, adotavam os expostos tanto pelo sentimento da caridade como pela praticidade do trabalho infantil. “Havia procura de meninos nas casas pobres de mulheres mais velhas (...). A demanda era constante nas vizinhanças pobres e também na cidade em geral (DIAS, 1995, p.144). Segundo Marcilio:

esses chefes de família pobres, sem meios para adquirir escravos, incorporavam um exposto em sua casa, encontrando assim uma fórmula pouco onerosa e bastante eficiente de obter trabalho gratuito complementar para os serviços domésticos e para as lides de suas roças. As crianças expostas criadas em casas de famílias tinham melhores condições de sobrevivência do que as das instituições (MARCILIO, 1998, p.138).

Essas famílias criadeiras dependiam totalmente do trabalho dos seus dependentes para sobreviverem. “Contavam com o trabalho de todos, crianças, adultos, dependentes, agregados. Trabalho infantil (...) é um aspecto da pobreza (...) presente (...), desde as primeiras décadas do século passado” (DIAS, 1995, p.141). Vivendo desse pequeno comércio, os expostos eram alugados, inclusive com grande circulação, pelas mães criadeiras para diversos serviços. “Além das

crianças abandonadas, havia o costume de redistribuição, no sentido de dar para terceiros criarem” (DIAS, 1995, p.141). Durante o século XIX, a utilização do trabalho infantil foi institucionalizando-se, pelas instâncias jurídicas, os contratos de locação dos expostos foram utilizados para dar a ocupação aos vadios e ociosos. Segundo Gislaíne Azevedo:

com o caminhar do século XIX e em virtude da questão escrava, a tutela e também o contrato de soldada vão sofrendo deslocamentos de significado, articulando-se à regulamentação de “novas” relações de trabalho. Em função disso, a soldada acabou sendo intensificada. (...). Segundo a legislação, existiam dois tipos de locação de serviços: a judicial e a não judicial. A não judicial era a que regulamentava todos os tipos de contratos de locação. A judicial era quando o Juiz de Órfãos determinava “que menores indigentes sejam alugados para serviços domésticos (AZEVEDO, 1995, p.48-49).

Para finalizar, é necessário comentar sobre os internos nas instituições de acolhimento, começando pelo Seminário da Glória. Segundo Mesgravis:

O Seminário da Glória foi criado por proposta do presidente da província, em 1824, para servir de internato às meninas órfãs, especialmente de militares, com dotação anual de 600\$000. Foi instalado na Chácara da Glória, (...), tendo mudado por diversas vezes para outros locais. Em 1847 foi criada, anexa ao Seminário, uma Escola Normal, só instalada em 1852 e suprimida em 1956. O nível da educação só melhorou em 1870, quando a direção (...) foi confiada à congregação das irmãs de S. José (MESGRAVIS, 1976, p.184).

O sistema de assistência à infância feminina foi bem mais organizado do que a masculina. As instituições eclesíásticas tiveram a preocupação especial com as meninas. “Em relação às meninas, (...) a preocupação de preservar a "virtude" (ou a honra) e o recato, (...). Cuidava-se para que as meninas (...), não fossem expostas aos "perigos do mundo" (MARCILIO,

1998, p.281). Muitas famílias procuravam o Seminário para internar suas filhas, pois não tinham condições de criá-las, de terem um dote e talvez um casamento. “Não só visa, a proteção das meninas durante a infância, mas, providencia seu casamento e um dote de duzentos a quatrocentos mil-réis” (KIDDER, 2001, p.77-78). Segundo Venâncio:

O recolhimento proporcionava lugar de refúgio para as enjeitadas que haviam sido sustentadas pela Misericórdia durante três anos e depois colocadas em casas de família, às vezes com resultados insatisfatórios. (...): reunia sob o mesmo teto mulheres das mais variadas procedências, era subordinada a autoridades leigas e dependia de recursos advindos de esmolas, legados piedosos, aluguel de imóveis e juros (VENANCIO, 1999, p.145).

Quanto a sua educação, baseava-se no ensino primário. “Limitava-se ao ensino de rudimentos de leitura, escrita e aritmética, além da aprendizagem das chamadas prendas domésticas e de trabalhos manuais de agulha e linha” (MORAES, 2000, p.76). Foram introduzidas tarefas domésticas para incutir a cultura do trabalho nas meninas. O magistério foi uma alternativa de profissionalização. “Apesar de suas deficiências, (...) representou um primeiro ensaio de profissionalização feminina” (MESGRAVIS, 1976, p.185). Segundo Moraes:

Em 1845, não havendo na Província escola que preparasse professores, quer do sexo masculino, quer do feminino, ficara estabelecido que as alunas do Seminário poderiam ser nomeadas professoras, (...). Nessa época, (...), as áreas do ensino estavam limitadas à língua portuguesa – (...) – e à aritmética (...) o ensino de prendas domésticas e das seguintes matérias: leitura, escrita, gramática portuguesa e princípios da moral cristã e da doutrina do Estado (MORAES, 2000, p.79).

Além do magistério, outro destino comum às internas que alcançavam a maioria era o casamento, recurso muito utilizado no Seminário para “dar estado” às meninas. Segundo Marcilio:

O casamento era o melhor e o mais desejado destino que se poderia dar às meninas sob a tutela da Santa Casa. Para multiplicar os casamentos das expostas, manteve-se, até inícios do século XX, o sistema de dotes, oferecidos aos moços que se casavam com as expostas reclusas (MARCILIO, 1998, p.296).

Sobre os meninos expostos, a sua situação era ainda mais difícil, pois a sociedade não dispensava as mesmas preocupações com eles como acontecia com as meninas. Havia a crença de que seriam mais capazes de sobreviverem, não havendo a necessidade do auxílio da caridade. “O destino dos meninos (...), era mais problemático. (...) não eram alvo das mesmas preocupações (...), como no caso das meninas” (MARCILIO, 1998, p.178). A utilização do trabalho dos expostos justificava-se por retirá-los da ociosidade. “A ideologia filantrópico-burguesa visava (...), incutindo-lhe não apenas o amor e o hábito do trabalho, mas também comportamentos de submissão e de disciplina” (MARCILIO, 1998, p.294-295). No período de aprendizagem, os internos eram mandados para casas de mestres e artesãos como aprendizes, sem receber salário, apenas moradia e alimentação. Com o aumento da infância desvalida, o Juizado de Órfãos foi incumbido de conseguir alguma atividade ou ofício para os expostos. Na explicação de Marcilio:

Antes de ser criado o ensino profissionalizante nas instituições de abrigo ao menor abandonado, (...), enviado a aprender um ofício ou profissão em casas de mestres artesãos ou de negociantes. Em troca de casa, comida, vestuário e do treinamento no ofício do seu benfeitor, o pequeno exposto, antes de completar doze anos, tornava-se um aprendiz. (...), nada ganhava. Depois dessa idade poderia-ser contratado à soldada (...), com a aprovação do juiz de órfãos ou do mordomo dos expostos (MARCILIO, 1998, p.289).

No decorrer do séc. XIX, o trabalho dos meninos foi sendo institucionalizado. Na época da criação da Roda dos Expostos e do Recolhimento Feminino (1825), surgiu o Seminário de Santanna. “Organizado em rígido caráter disciplinar, essa instituição dispunha-se a facilitar ao menino pobre e desvalido a sua educação industrial” (MORAES, 2000, p.74). A educação dos internos se dava pela sua inserção precoce ao mundo do trabalho. Seu ofício era ensinado nas oficinas da instituição. Moraes descreve esse aprendizado:

O Instituto de Educandos Artífices contava com as seguintes escolas e oficinas: primeiras letras; geometria e mecânica aplicada às artes; noções gerais de aritmética e álgebra; escultura e desenho aplicado às artes; música e instrumentos de corda; ginástica, natação e jogo de armas; alfaiate, sapateiro, marceneiro, serralheiro, correeiro, (...). Além destas aulas estava previsto, três vezes por semana, o ensino dos exercícios militares (MORAES, 2000, p.75).

Com a industrialização na segunda metade do século XIX, cada vez mais as crianças eram mandadas para as manufaturas e indústrias como operárias:

Também passaram a ser solicitados expostos das Rodas para oficinas de artesãos e pequenas fábricas que foram surgindo. Esse sistema funcionava como uma troca de benefícios: para os patrões, que tinham mão-de-obra dócil e gratuita; e para as crianças e jovens, que tinham oportunidade de treinamento e aprendizagem em uma atividade profissional, além da experiência (...) de viver fora do estabelecimento total e enfrentar a realidade tanto familiar como do trabalho (MARCILIO, 1998, p.290).

Com o desenvolvimento industrial de São Paulo e a modernização dos antigos Seminários para Institutos de Artífices, o papel social das crianças modificou-se radicalmente. Se antes, a situação das crianças enjeitadas causava piedade e a ajuda se fundamentava na caridade, no final do século XIX, as crianças adquiriam funções mais ativas na sociedade, ficando nítido quais eram as que estavam inseridas no processo pedagógico do trabalho e as que se encontravam nas margens desse processo, ou seja, marginalizadas e tratadas como menores delinqüentes.

5. Ascensão da filantropia científica e a crítica à caridade da infância desvalida

As discussões, debates e críticas que a sociedade paulista fez nas últimas décadas do séc. XIX às instituições eclesíásticas de amparo às crianças expostas e à ascensão do pensamento filantrópico – científico para solucionar com maior eficiência a questão da infância desvalida no Brasil. “A filantropia surgiu (...), para substituir o modelo da caridade. Atribuiu-se a tarefa de organizar a assistência dentro das novas exigências sociais, políticas económicas e morais” (MARCILIO, 1999, p.78). As teorias eugênicas começam a ganhar força na elite intelectual paulista, “É importante lembrar que, durante a segunda metade do século XIX, são difundidas no Brasil as teorias científicas da superioridade da raça branca, que encontram adeptos entre médicos e intelectuais” (VENANCIO, 1999, p.49). Os médicos higienistas tiveram a atuação preponderante no século XIX depois do desenvolvimento da Medicina no Brasil. Eles criticavam os problemas crônicos nos hospitais e entidades de caridade.

Marcilio explica a posição médica sobre a caridade:

Os médicos higienistas procuraram atacar a questão da infância abandonada em várias frentes: combate à mortalidade infantil;

cuidados com o corpo (estímulo à educação física, aos esportes, à amamentação e à alimentação corretas); estudos; importação de conhecimentos e campanhas de combate às doenças infantis; educação das mães; introdução da Pediatria e da Puericultura, como novas áreas de conhecimento; campanhas de higiene e de saúde pública; etc (MARCILIO, 1998, p.194).

Além dos médicos, os juristas também se engajaram na cruzada em favor do reformismo liberal da assistência social à infância desvalida. Até o séc. XVIII esses profissionais limitavam-se nas questões de heranças. No século seguinte suas funções jurídicas foram ampliadas para atender as demandas sociais, principalmente sobre a infância. O Juizado de Órfãos tiveram suas prerrogativas ampliadas para legislar sobre as crianças expostas, entretanto, as leis elaboradas nesse período colocaram esses impúberes em categorias sociais equivocadas, qualificados de degenerados, ganha força nos textos jurídicos o termo **menor**, substituindo o exposto. “Até mesmo a designação da infância mudou. "Menor" tornou-se o discriminativo da infância desfavorecida, delinquente, carente, abandonada” (MARCILIO, 1998, p.195). A justiça descaracterizava as crianças expostas, eram colocadas na categoria de delinquentes, vadias, ociosas e criminosas. “O termo menor aponta para a despersonalização (...) do jurídico e, portanto, do público. A infância abandonada, que vivia entre a vadiagem e a gatunice, tornou-se, para os juristas, caso de polícia” (MARCILIO, 1998, p.195). Na definição de Maria Luiza Marcilio:

Por sua vez, no final do século XIX, os juristas deixaram seu campo de atuação tradicional e entraram decididamente no setor da infância desvalida e delinquente. Eles também foram buscar teorias e soluções no exterior. A Itália foi o país de preferência, fiel à tradição milenar do Direito Clássico Romano. (...). As teorias da Escola de Milão, especialmente as de César Lombroso (das taras hereditárias do criminoso, freadas pela disciplina rigorosa e a ordem, que começam na família), fizeram sucesso aqui, (...). Uma educação

rígida (...) era necessária para refrear a "tendência natural ao crime" (MARCILIO, 1998, p.194).

As opiniões e críticas dos especialistas não eram um discurso limitado em si mesmo, mas expressavam as aspirações da sociedade, pelo menos para as elites, que respiravam ares de transformações, acreditando no progresso da ciência e na evolução da humanidade. O Estado Republicano, fundamentado no positivismo, apoderando-se das questões sociais. “Havia ainda as ideias positivistas (...) propunham a separação da infância problemática, (...) em grandes instituições totais, (...), antes de devolvê-la ao convívio da sociedade estabelecida” (MARCILIO, 1998, p.194). Todo assunto social era analisado de maneira sociológica e despersonalizado, fundamentado em teorias europeias. Houve a instrumentalização das estruturas de assistência à infância, as crianças expostas do período caritativo se convertem em menores delinquentes. O Reformismo propunha a criação das instituições totais, organismo disciplinar fundado na filantropia científica que retiraria as crianças da obscuridade e da ociosidade, transformados em trabalhadores para as indústrias. Conclui Maria L. Marcilio:

As Instituições totais criadas em fins do século XIX e inícios do século XX (asilos, reformatórios, colônias agrícolas, colônias penais, correccionais, etc.) mantiveram a filosofia de capacitação profissional dos jovens abandonados e/ou infratores, mas feita dentro dos estabelecimentos, através de oficinas de artesanato (marcenarias, sapatarias, corte e costura, alfaiataria, funilaria, etc.) que buscavam introduzir os adolescentes em uma atividade profissional (MARCILIO, 1998, p. 294).

Na virada dos séculos XIX e XX enormes transformações ocorreram na sociedade brasileira, tendo a cidade de São Paulo como palco. A infância abandonada não ficaria alheia a essas mudanças, saindo da fase

da caridade predominante no século XIX, quando sua situação foi tratada nas relações sociais baseadas no paternalismo patriarcal, para entrar na fase da filantropia e do utilitarismo científico da sociedade industrial do século XX.

6. Considerações finais

A questão da infância no processo histórico no Brasil passou por diversas fases, a caridade foi responsável pelo destino das crianças desafortunadas durante mais de 300 anos, numa sociedade colonial e patriarcal, os enjeitados eram enclausurados no círculo de influências familiares, incorporando-os como agregados, nas famílias mais pobres, a adoção dos expostos era muito comum, para utilizá-los na economia familiar e por fim, eram internadas nas instituições eclesíásticas. Na fase caritativa, a infância abandonada estava inserida no mundo privado das famílias e da Igreja Católica, tal sistema assistencial perdurou enquanto não houve o crescimento urbano e a industrialização significativa em São Paulo até o final do século XIX. Com a complexificação da sociedade industrial, o aumento populacional e a industrialização, a infância abandonada tomou nova dimensão social, na qual as antigas estruturas da caridade não suportam essa demanda social, tornou-se uma questão de ordem pública. Na dinâmica sociedade industrial e burguesa, durante a fase da filantropia científica, seu papel social mudou radicalmente, elas serão cooptadas pelo sistema produtivo que não considera suas singularidades culturais, serão enquadradas social e juridicamente em conformidade com sua classe social e se tornaram um joguete dentro capitalismo moderno do século XX.

Referências

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaskman. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981.
- AZEVEDO, Gislane Campos. *De Sebastianas e Geovannis: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo (1871 - 1917)*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª edição revisada. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 48ª edição revisada. São Paulo: Global, 2003.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil*. Trad. Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, 2001.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1999. p. 53-79.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo (1599-1884): contribuição ao estudo da assistência social no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976. (Coleção Ciências Humanas).
- MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 15, p. 70-96, set./ dez. 2000.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. *Revista de História*. São Paulo, n. 120, p. 85-96, jan./jun. 1989.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de S. Paulo e resumos das viagens ao Brasil, província Cisplatina e Missões do Paraguai*. Tradução, prefácio e notas de Rubens Borba de Moraes. São Paulo: Editora Martins/Edusp, 1972.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papyrus, 1999.